

Diversidade sexual e trabalho: reinvenções do dispositivo

*Sexual diversity and work:
dispositive reinventions*

Manoela Carpenedo Rodrigues

Graduanda em Psicologia

Bolsista de iniciação científica PIBIC – CNPq 2005-2006

Henrique Caetano Nardi

Doutor em Sociologia

Bolsista de produtividade CNPq

hcnardi@terra.com.br



Resumo

Este estudo busca compreender como a diversidade sexual pode influenciar na trajetória profissional dos jovens. Parte-se do pressuposto de que a estilística de vida construída a partir de uma sexualidade não heteronormativa promove um posicionamento diferente das/os jovens no mundo do trabalho. Nosso *corpus* de pesquisa é formado pelos diários de campo contendo os relatos de um ano de observação participante em um grupo de jovens que se identificavam como não-heterossexuais e que frequentavam um projeto denominado “Saindo do armário e entrando em cena”, promovido pela ONG Nuances de Porto Alegre. Trata-se de um grupo de jovens vulnerabilizados social e economicamente. A análise aponta duas formas distintas de inserção no mercado de trabalho marcadas pelos limites impostos pela heteronormatividade.

Palavras-chave: Juventude. Diversidade sexual. Trabalho. Heteronormatividade.

Abstract

The present study searched to comprehend how sexual diversity can influence youth's professional trajectories. We believe that a sexuality built in a non heteronormative way could promote a different youth positioning in the world of work. The methodology was based on action research approach. The research corpus was composed by field diary notes from a one-year long participative observation in a youth group formed by youth that identified themselves as non-heterosexual. This group was one of the activities of the project “Getting out of the closet and entering the scene” organized by NGO Nuances in Porto Alegre. It is important to highlight that this is a group of a socially and economically vulnerable youth. The analysis indicates two different forms of getting into labor market marked by the limits imposed by heteronormativity.

Keywords: Youth. Sexual Diversity. Work. Heteronormativity.

Introdução

Segundo Foucault (1976), o indivíduo moderno seria o resultado de uma tecnologia voltada a transformá-lo em um objeto de saber. Sendo assim, esse sujeito seria resultado das relações de poder, marcado pela docilidade e utilidade. Para se construir tal individualidade, o sujeito se constitui a partir de uma conformação a uma série de métodos e técnicas disciplinadoras, já que estas seriam capazes de garantir sua gestão útil.

Nessa sociedade disciplinar, a individualização passa necessariamente por processos que envolvem observações, fiscalizações, medidas comparativas e estabelecimento da norma que constrói, ao mesmo tempo, o normal e o desviante (FONSECA, 1995). Assim, a suposta individuação se fundamenta nos mecanismos científico-disciplinares. Dessa maneira, o poder disciplinar distingue as individualidades, já que cada identidade é formada a partir das marcas que a disciplina oferece ao sujeito, pois cada um terá uma maneira particular de lidar com a emergência da utilidade e docilidade.

Com essa formação identitária, percebe-se que o sujeito é um sujeito objeto, pois sua identidade é construída como tal por meio de elaborações das tecnologias da objetivação e da subjetivação. Nesse contexto, a sexualidade, para Foucault (1985), é um dos balizadores mais importantes de constituição do indivíduo moderno, pois ela é compreendida como um dispositivo que produz subjetividade; já que utiliza técnicas disciplinadoras e de controle para o estabelecimento do indivíduo docilizado e útil. É pertinente ressaltar que, para ser “útil”, tal particularização não deve se desviar do ideal normativo, como no estudo em questão – a problemática da homossexualidade e da transexualidade/travestilidade –, dado que tais estilísticas poderiam tornar o indivíduo ininteligível, não atendendo, assim, as normas de utilidade/procriação.

Portanto, como Foucault (1985) introduz em *A história da sexualidade*, o reduto que a hipótese repressiva faz crer ser o aspecto mais individual e autêntico da subjetividade – a sexualidade – é de fato o resultado de articulações científico-disciplinares (tecnologias de saber/poder) que transformam o sexo em discurso, tendo, como consequência desse processo, a produção da subjetividade e dos corpos dos indivíduos. Com isso, vislumbramos que o dispositivo da sexualidade se coloca como uma das marcas das técnicas disciplinadoras, que, ao particularizar, assujeita e dociliza os indivíduos na modernidade.

Exemplificando, Foucault (1985) esclarece que na modernidade o sexo seria objeto de investigação científica, de controle administrativo e de preocupação social. Assim, ele serviria como dispositivo de agenciamento do poder, visto que há normalização e fixação de condutas sexuais. Contribuindo com a discussão acerca da fixação de condutas sexuais, Bourdieu (1999), em outra perspectiva teórica, observa que a sociedade lida com a identidade de sexual, separando-a de maneira rígida e naturalizada: dividindo os indivíduos como sendo sujeitos de um masculino – esse masculino já pré-definido e regulamentado de certa forma – ou de um feminino – da mesma maneira pré-estipulado. “A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas... Em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes como sistemas de percepção, de pensamento e ação” (BOURDIEU, 1999, p. 17).

Guatarri (1981) também discute a questão ao introduzir a marca do binarismo no corpo social. Para o autor, a sociedade aplica a operação redutora-binarizante, com o objetivo de, justamente, manter a ordem: reafirmar a norma. “As coisas nunca são tão simples assim. Quando reduzimos as categorias branco/preto ou macho/fêmea, é porque estamos realizando uma operação redutora-binarizante para nos assegurarmos de um poder sobre elas” (GUATTARI, 1981 p. 34-37).

Ao discutir essa norma redutora e binarizante – um dos principais mecanismos científico-disciplinares envolvidos nos processos de subjetivação – Butler (2003) explora a construção de identidade de gênero. Segundo a autora, essa identidade não seria algo individual/singular em essência (natural), mas sim uma marca proveniente do próprio social – já que não existe um ator individual de gênero. Portanto, a idéia de feminino e de masculino não deveria ser encarada como fato natural, dado; o masculino e o feminino são construções histórico-culturais. Assim, a norma binarizante produz uma identidade sexual diretamente ligada a uma ordem compulsória que estabelece uma correlação intrínseca entre os elementos: vagina – mulher – emoção – maternidade – procriação – heterossexualidade; pênis – homem – racionalidade – paternidade – procriação – heterossexualidade. Dessa forma, a matriz heterossexual¹ apresentada por Butler institui somente dois corpos possíveis, dois gêneros inteligíveis e duas supostas subjetividades (experiências de si) diferentes e homogêneas. De acordo com Bento (2006),

¹ De acordo com Butler (2003), a concepção de matriz heterossexual se fundamentaria na base de inteligibilidade cultural, enfim, uma regra baseada de acordo com normas histórico-sociais de sexuação, que estabelece corpos, gêneros e desejo. Tal matriz determina a inteligibilidade discursiva hegemônica de um corpo, que, para ser coerente e ter um sentido, deve ter um sexo, um gênero estável e, ainda, um desejo baseado na complementaridade dos corpos: um homem deve ser masculino e desejar uma mulher, uma mulher deve ser feminina e desejar um homem.

essa norma binarizante dos gêneros reproduziria o pensamento moderno para os sujeitos ditos “universais”, atribuindo, conseqüentemente, a estes determinadas características que sejam compartilhadas por todos.

Tendo tais pressupostos em mente, a estrutura binária estaria fundamentando todo o contexto de afirmação da identidade sexual, apoiada em esquemas naturalizados, solidificados e constantemente reproduzidos e reeditados pelo/no meio social. Como consequência desse processo, as possibilidades de o sujeito se “enquadrar” na regra de utilidade estariam no limite de dois: feminino, masculino. Tais idealizações/modelos estabeleceriam os domínios apropriados e impróprios de masculinidade e feminilidade, fundamentados especialmente na complementaridade e reprodutividade dos corpos, sublinhando mais uma vez o dispositivo normalizador de utilidade proposto por Foucault. Para Butler, esse dispositivo acabaria por definir as ditas “normas de gênero”, estabelecendo, assim, performances de gênero que estariam no campo da normalidade e aquelas que resvalariam para o campo do anormal, ininteligível.

Tal problematização acerca do corpo “naturalmente” sexualizado também se encontra em Foucault (1985), que questiona o construto unívoco do “sexo”, colocando a idéia de que outros fatores influenciam a dita sexuação – além da “facticidade anatômica”. Entre esses mecanismos, está o papel do discurso investido no corpo, este que se torna essencial para a formação da identidade, bem como as relações de poder que atravessam a rede discursiva na qual se constitui o sujeito. Portanto, a produção teórica, tanto de Foucault como de Butler, visa a desmontar o construto “natural” de sexo, de corpo e identidade sexual *a priori*, uma espécie de regra fixa da sexuação humana. Assim se produz a perspectiva teórica que tem o objetivo de desnaturalização e dessencialização das identidades de gênero.

Nesse contexto, Butler (2003), em seu livro *Problemas de gênero*, teoriza a noção de identidade sexual, a qual consistiria em um processo gradativo de autotransformação e atos performáticos. Portanto, a sexuação é vista como um processo: uma “atuação”, uma repetição e reedição de discursos e performances. Esboçando tal idéia, diz a autora:

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p. 24-25).

Tendo em vista o conceito de performatividade de gênero, Butler acrescenta a dimensão da subjetividade nesse processo, dado que essa dimensão problematizaria os construtos de gênero e sexualidade. Consequentemente, não somente o gênero como também o próprio corpo são vistos como significantes “em processo de construção” e, por conseguinte, com significados múltiplos. Essa multiplicidade insinuada pela performatividade dos gêneros esboça claramente a dessencialização e desnaturalização dos sexos ditos “verdadeiros”, ou seja, aqueles reduzidos ao construto binário de gênero.

Sendo assim, o corpo pode ser e é reinventado para além da redução do binarismo enclausurado da ordem normativa homem/mulher. O corpo, portanto, é compreendido aqui como “em construção”, refletindo performativamente os significados culturais que o sujeito autor/a, no campo de possibilidades que marcam um determinado tempo, deseja manifestar através dele.

Percebemos, desse modo, que o dispositivo da sexualidade agencia a subjetivação, já que são as relações entre os sexos que geram a diferenciação sexual e, conseqüentemente, as definições normativas (SCOTT, 1990). Dessa maneira, podemos pensar o gênero como um elemento central das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, ainda, uma forma primária de dar significado às relações de poder. Com isso, ainda no rastro dessa elaboração, temos a premissa de desejo de reconhecimento em Hegel (1992). Este argumenta que o desejo do sujeito passa pelo desejo de reconhecimento, assim, por essa via, o indivíduo construiria sua maneira social de ser. Portanto, a própria construção do gênero passaria necessariamente pelas normas sociais vigentes, as quais remeteriam a esse ideal de reconhecimento. A partir desse processo, construir-se-iam os parâmetros daquilo que se pode reconhecer e daquilo que não se pode reconhecer: o sujeito dócil e útil, do sujeito ininteligível. Tendo em vista tais balizadores, estabeleceu-se aquilo que é humano (aquele que atende as normas sociais) e aquilo que é menos humano (aquele que não atende as normas sociais). Desse modo, vislumbramos aqui o impasse da fuga da matriz heterossexual, sendo essa fuga então condenada ao lugar de abjeção² na sociedade.

Para compreender as formas de situar-se em relação à matriz heterossexual binária, analisamos trajetórias de vida de um grupo de jovens inseridos no contexto da diversidade sexual e que se autoidentificavam como lésbicas, gays, travestis, heterossexuais, bissexuais e transexuais. É importante

² O abjeto, segundo Butler, seguindo o pensamento de Kristeva, designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito.

ressaltar que um olhar especial foi dado ao fazer desses jovens, ou seja, ao trabalho e as possibilidades (viabilidade) deste, já que o grupo também se caracteriza pela precariedade de suporte econômico e pela questão das etnias não brancas: enfim, tratava-se majoritariamente de uma juventude periférica.

Neste ponto, é importante esclarecer que tanto a sexualidade quanto o trabalho podem ser considerados parâmetros centrais da sujeição contemporânea, ou, como para Hegel, balizadores importantes para o reconhecimento dos indivíduos. Assim, tais parâmetros configuram para o sujeito uma forma predominante de ser e existir no mundo. Portanto, com este estudo, visamos a centrar a atenção nas maneiras de como “a verdade sobre o sexo” (FOUCAULT, 1976) possibilita ou restringe as formas de existir na esfera das relações de trabalho, em razão da orientação sexual, e como essa relação acaba agenciando os processos de subjetivação. Dessa maneira, a análise se inscreve também no campo de estudos da subjetividade e trabalho, investigando os processos de subjetivação. Trata-se de pensar a subjetividade através dos “processos” e dos “modos de subjetivação”, que, no caso do estudo, sublinha-se a posição de resistência à heteronormatividade e à desigualdade econômica. Segundo Fonseca (1995), os conceitos de “processos” e “modos de subjetivação” podem ser compreendidos a partir da relação estabelecida entre os sujeitos e o regramento social, nas formas como esses se veem obrigados a cumprir e, ao mesmo tempo, se reconhecer como ligados às obrigações morais e às imposições do mercado.

Assim como a sexualidade, o trabalho se constituiu como elemento central e determinante do código moral que estabelece as regras de conduta e guia o julgamento das ações com relação à estrutura da família, à educação dos filhos, à ação política, acabando por influenciar a lógica central do laço social. Além disso, o trabalho, ao produzir subjetividade, também proporciona as garantias morais (do ponto de vista simbólico) e materiais (do ponto de vista concreto) do exercício da cidadania plena, já que a atividade produtiva é vista como parâmetro identitário principal, pois é capaz de compor um balizamento moral entre os sujeitos. Enfim, representa mais um dos mecanismos científico-disciplinares responsáveis pela subjetivação. Com isso, o trabalho é entendido como um campo onde a subjetividade poderia renovar-se, modificar-se, cristalizar-se ou ainda provocar resistência (NARDI, 2002). A relação entre trabalho e subjetividade engendraria as formas pelas quais os sujeitos foram sendo subjetivados como trabalhadoras/es, aderindo a modos de ser, pensar e agir, de acordo com um código moral vigente e seguindo um regime de verdades.

No estudo em questão, partimos do pressuposto de que a estilística de vida construída a partir de uma sexualidade avessa à norma, tanto em relação à

heterossexualidade compulsória, quanto à homonormatividade – marcada pelo acesso ao mercado “pink” –, promoveria um posicionamento diferente das/os jovens no mundo do trabalho. Portanto, tal fator, associado à precariedade de suporte econômico e, ainda, segundo Pocha e Nardi (2007), a posição de abjeção experienciada pelos jovens integrantes do projeto “Gurizada - Saindo do armário e entrando em cena” (pobres, não brancos, “escandalosas/os”, habitantes da rua, moradores de periferias e ou em situação de tutela do Estado) incrementaria de forma decisiva a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho para essas/es jovens.

Pocha e Nardi contribuem para discussão à medida que aprofundam a inter-relação entre desigualdade econômica e homonormatividade; peças-chaves para a inserção desses jovens no mundo do trabalho. Segundo seu estudo, podem ser encontrados referenciais regulatórios propostos pela mídia comercial, no universo das juventudes homossexuais periféricas, o qual é

marcado por condutas sociais “comportadas” de sujeitos de sucesso” “dóceis”, “limpinhos” brancos e intelectualizados diferentes das personagens mais afetadas que, quando aparecem, são ridicularizadas. Portanto, na grande mídia, não há reconhecimento para o outro não branco, não rico, este reconhecimento se dá na forma de hierarquização das vidas (ou seja, aquelas consideradas menos humanas ou mais humanas) (POCAHY; NARDI, 2007).

Com isso, percebe-se que, além de os jovens estarem no avesso da matriz heterossexual, suas performances sexuais se encontram, de certa maneira, à margem da homonormatividade. Portanto, ao viver no avesso desse dispositivo de normalização, a possível inserção desses sujeitos muda de maneira radical no mundo do trabalho. Tais estilísticas de vida se localizariam no âmbito ininteligível/ abjeto, por eles serem afetados (efeminados), não serem sujeitos de sucesso, comportados ou intelectualizados, enfim, não docilizados.

É nessa interseção (trabalho e sexualidade) tão significativa para constituição do sujeito que a pesquisa-intervenção foi proposta. Para isso, participamos semanalmente durante um ano (2005-2006) de um grupo de diversidade sexual composto por jovens (de 14 a 21 anos) consideradas/os como vulneráveis socialmente, coordenado pela ONG Nuances que luta pela livre expressão da sexualidade. O objetivo do grupo de jovens consistia em compartilhar vivências, principalmente as relacionadas ao preconceito. A partir desse espaço de encontro, percebeu-se a construção de um lugar social distinto para essa/es jovens: através da aproximação dos pares (pessoas com

problemáticas semelhantes), surgiu a possibilidade de reflexão ética, bem como de ação frente à vulnerabilidade social.

Como ressalva metodológica, sublinhamos que a pesquisa em questão não pretende produzir generalizações de caráter positivista. Sendo assim, o exercício exploratório de análise apresentado não visa a abarcar qualquer tipo de verdade definitiva acerca da problemática em questão. Dessa maneira, as análises aqui apresentadas se restringem ao contexto do grupo.

O fazer da pesquisa

Tendo em vista a problemática em questão, foi escolhida a modalidade da pesquisa-intervenção para a realização do estudo. A participação semanal no grupo buscou a construção de um vínculo com as/os participantes. Tal convivência contribuiu para o entendimento das trajetórias de vida, bem como possibilitou uma compreensão maior do lugar social que os participantes ocupam.

Rocha e Aguiar (2003) apontam que essa maneira de inserção do pesquisador se difere bastante da figura do pesquisador positivista, que se sustenta em um ponto de vista supostamente objetivo, neutro, buscando somente a “verdade”. Segundo as autoras, a pesquisa-intervenção consiste em uma costura entre teoria/prática e sujeito/objeto, pois a/o pesquisador/a produz conhecimento ao interagir com os sujeitos que participam da pesquisa. Dessa forma, é possível tanto investigar as necessidades e os interesses do grupo em estudo, quanto colaborar na construção de saídas aos problemas identificados pelo/no grupo; assim, a/o pesquisador/a tem um papel ativo e efetivo, já que pode em conjunto com os/as participantes promover mudanças sociais e políticas.

Tendo em vista tanto as ferramentas conceituais, quanto os princípios metodológicos, sublinhamos também o exercício genealógico que guiou a análise enunciativa. Com esta pesquisa-intervenção, buscamos colocar em evidência as relações de poder em ato no contexto do grupo, analisando as condições que permitiram a emergência dessas relações no enlace com o jogo de verdades que as legitimam e que transformam(ram) práticas e desejos em identidades.

Seguindo os princípios da genealogia, a pesquisa-intervenção problematizou as condições de possibilidade de emergência dos discursos/enunciados que se opõem ou se associam nos jogos de verdade que contribuem para o balizamento da relação dos sujeitos consigo mesmos no processo de sua autoconstituição. Dessa maneira, visamos a perceber os

modos/maneiras que os sujeitos inseridos no grupo se confrontaram com as formas de assujeitamento, tendo em vista os dispositivos modernos científico-disciplinares em relação a gênero, sexualidade, cor/etnia e desigualdades sociais.

Além da perspectiva genealógica, a investigação foi guiada pela análise compreensiva descrita por Bourdieu (1999), que consiste em analisar os próprios elementos da implicação do pesquisador para com o objeto de estudo. Assim, destaca-se, nesse contexto, a função da *reflexividade reflexa*, conceito que convoca a/o pesquisador/a a desenvolver uma reflexividade permanente capaz de incorporar na análise o campo das relações nas quais se insere, percebendo, assim, suas próprias produções nesse campo. Portanto, junto ao acompanhamento semanal do grupo, um diário de campo semanal foi desenvolvido, levando sempre em consideração a análise compreensiva, para interpretar e refletir sobre as experiências e os atravessamentos proporcionados pela interação com o grupo em questão.

Com isso, o estudo incorporou uma escuta ativa. A análise foi guiada por uma postura não reducionista em relação aos relatos e descrições presentes nos diários de campo semanais. Portanto, o estabelecimento de categorias de análise foi se afirmando ao longo do processo; como consequência, houve uma construção em relação às estruturas que ordenam a análise ao longo das leituras e compreensões das narrativas. No decorrer da pesquisa, enfatizamos a identificação das relações entre os sujeitos e seu trabalho, demarcando os dispositivos que atuam nos processos de subjetivação e balizam os parâmetros éticos e estéticos.

Considerando o grupo como um espaço de reflexão e ação pela cidadania, sublinhamos potencialidade desse coletivo, pois este inauguraria na vida dessas/es jovens um espaço de reflexão ética importante. De acordo com a perspectiva de Foucault (2004), a ética deve ser compreendida como o exercício da liberdade na prática da reflexão crítica sobre os jogos de poder e verdade nos quais os sujeitos se constituem em determinadas formas de dominação. Características de qualquer relação de poder, as estratégias de controle buscam influenciar condutas e modos de ser; enfim, balizam os processos de subjetivação, os quais se constituem e se definem a partir do grau de liberdade com que se pode jogar o jogo da dominação/resistência/criação em cada momento da história. Essas estratégias são intrínsecas a qualquer relação; com isso, o poder circula em um perímetro de liberdade no qual o sujeito se (auto)constitui. Portanto, de acordo com tal perspectiva, para que a ética se configure dentro de um mínimo de dominação, o sujeito deve ter espaços permeáveis, nos quais possa exercer a reflexão a respeito de seus atos,

para que, dessa forma, tenha a possibilidade de construir uma determinada estética/estilística para a sua existência. É exatamente visando a problematização dos modos de existência e, por conseguinte, a prática da reflexão ética dos jogos de dominação/resistência que o grupo surge como dispositivo, redimensionando, dessa maneira, os jogos de verdade presentes na autoconstituição dos sujeitos envolvidos com o grupo “Gurizada - Saindo do armário e entrando em cena”.

Ainda seguindo o pensamento de Foucault (2004), reforçamos a dimensão estética que visamos analisar no contexto do grupo, a qual é compreendida no que concerne à produção da existência dos sujeitos nele envolvidos. Portanto, o conceito de estética de existência está relacionado à possibilidade de construção estilística de vida; dessa forma, cada sujeito-autor teria potencialmente ferramentas a fim de sensibilizar-se em relação ao mundo, deixando-se, assim, afetar-se pelo outro e, por conseguinte, (auto) constituir-se. Assim, com o objetivo de verificar essas marcas, principalmente relacionadas ao trabalho, é que construímos a análise.

Análise

Como o caráter do grupo é mutável, muitas pessoas entram e saem (não existe o estabelecimento semanal de um grupo fechado), a análise levou em conta a característica “flutuante” dos participantes. Com essa ressalva, é pertinente desenhar as formas de pensar e relacionar-se com o trabalho (viabilidade deste) das/os jovens do grupo.

Explorando a problemática do trabalho, podemos destacar, entre as ocupações dos jovens, algumas como sendo consideradas a “margem” do mercado formal de trabalho. Entre essas, podemos citar a inserção de algumas/uns das/os participantes do grupo no mercado informal como, por exemplo, jovens que trabalham na entrega de panfletos e/ou em bicos. Nesse contexto, vislumbramos o enfraquecimento dos suportes sociais que acaba por impor a adesão dessas/es jovens a alternativas precárias de sobrevivência, motivo por que apontamos, justamente, a problemática da heteronormatividade e da homonormatividade regulatória presente na maioria dos contextos de trabalho, que impede uma inserção formal dessas/es jovens em postos de trabalho tradicionais. Portanto, por estas/es não apresentarem o ideal de docilidade anteriormente referido: serem “afetadas/os”, pertencentes a etnias não-brancas etc., esses/as jovens são rejeitados pelo mercado formal. Com isso, esses indivíduos, mesmo podendo ser trabalhadores potencialmente

ativos no mercado, são colocados socialmente no lugar de desfiliação social. Segundo Castel (1998), os desfiliaados e os nunca filiaados seriam os indivíduos que, por estarem privados/impedidos de construir as potencialidades exigidas pelo modelo de trabalhador/a do mercado neoliberal ou por possuírem as características de grupo que foram histórica e culturalmente estigmatizadas – como as performances de gênero, a origem social e a cor da pele aqui estudadas –, acabam sendo expulsos do core das posições valorizadas no mercado, restando como saída para a sobrevivência a entrada no mercado informal, o delito e a prostituição.

Assim, à medida que essas/es jovens vivenciam essa condição de desfiliação social, as possibilidades de tornarem-se “mais humanas/os” (no seio da sociedade capitalista contemporânea) acabam se restringindo. Dessa maneira, são impedidas/os de terem uma existência mais digna no mundo. Em nosso tempo, que estabelece o trabalho como principal instrumento para uma vida digna em sociedade, quando se impede que as pessoas trabalhem em razão de sua performance de gênero, sexualidade, origem social ou pela cor da pele, estamos diante de uma condenação que remete à morte, já que, no contexto da modernidade, é somente o trabalho (no campo da legalidade) que possibilita ao indivíduo viver.

Conectada também à falta de suporte social, temos a prostituição como via possível de sobrevivência, indicando, da mesma maneira, a falta de reconhecimento social do trabalho e sua associação com a cidadania. Nesse ponto, podemos perceber a relação direta desse fazer com a problemática da reconstrução/modificação das performances de gênero e da sexualidade dos sujeitos; esta que, por fugir do “natural” (fatuidade anatômica), acaba limitando de uma maneira radical as opções de emprego para essas/es jovens. Dessa forma, o/a transexual/travesti se depara com “a” opção oferecida de sobrevivência proporcionada pela sociedade aos sujeitos que experienciam esta “condição”: a prostituição (que localiza a idéia de um corpo objeto do desejo do outro e, portanto passível de existir, de preferência, ou quase que exclusivamente à noite, ao abrigo do olhar da família dócil). Portanto, é necessário entender nas trajetórias de vida dessas travestis, que – por ousar transgredir a conformidade anatômica das performances de gênero –, experimentam a condenação pelo desvio. Desvio que, então, por inúmeros caminhos, acabou (na maioria dos casos) expulsando esses sujeitos da sua família, da sua escola. Enfim, a travesti é conduzida a um lugar à margem, passando a ocupar a posição marcada pelo insulto e do desejo não confessável dos maridos e pais de família (e do abjeto do ponto de vista da constituição da

família, materializada na ameaça que a transgressão da norma que liga as relações sexo/gênero/sexualidade imponha sua destituição), fato que pode limitar a construção de outras possibilidades de sobrevivência para além da prostituição.

Portanto, torna-se evidente como a transformação do gênero que não corresponde ao corpo “natural” (a genitália) oferece ao sujeito um lugar socialmente instituído: o lugar abjeto da prostituição. Segundo Pelúcio (2005), a prostituição, no caso das travestis, pode ser entendida de diversas formas: (1) uma atividade desprestigiada, em que estariam envolvidas somente por necessidade financeira e da qual sairiam assim que possível; (2) uma maneira de ascender socialmente com a garantia de conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, que gera renda e possibilita um ambiente de sociabilidade. É ainda importante ressaltar que tais posicionamentos não são estanques/ou definitivos, mas sim percepções que se entrecruzam e dialogam. No caso do grupo, tais impressões também foram expressas pelas participantes, já que muitas, ao saírem de casa por volta dos quatorze anos, iniciaram uma vida noturna na rua, sustentando-se através da prostituição. Assim, percebe-se que, no processo de transformação da performance de gênero, à medida que as travestis rompem de certa maneira com o mundo familiar (doméstico) e com as instituições de ensino (escola), o universo da rua entra em cena.

É pertinente ressaltar a importância do espaço de sociabilidade construído entre os pares no ambiente noturno da prostituição. A rua e seu universo acabam seduzindo as jovens travestis, pois é nela que se torna possível potencializar o processo de transformação de performance de gênero, já que é nesse espaço que se encontram os pares, o grupo, enfim, a rede de apoio.

Benedetti (2008) descreve:

É na convivência nos territórios de prostituição que as travestis incorporam os valores e formas do feminino, tomam conhecimento dos truques e das técnicas do cotidiano da prostituição, conformam gostos e preferências (especialmente sexuais) e muitas vezes ganham ou adotam um nome feminino. Este é um dos espaços onde as travestis constroem-se corporal, subjetiva e socialmente.

É interessante perceber que, para uma integrante do grupo (que assume a identidade de travesti) tal designação profissional dita como “natural” para a performance de gênero “travesti” não deve se encerrar em si mesma. Segundo ela, há a possibilidade de construção de outras vias de

trabalho, conseqüentemente, uma reinvenção da identidade de travesti, fato que pode ser percebido pela própria trajetória de vida/profissional; ela continua estudando, mora com seus pais e participa de um curso profissionalizante de embelezamento. A partir desse último elemento, podemos pensar novamente na fixidez de papéis profissionais reservados para as estilísticas de vida não heteronormativas, já que o lugar do salão de beleza é de praxe o lugar do feminino, o qual é marcado também pela desqualificação no contexto da ordem falocêntrica compulsória. Aqui, nota-se a importância dos espaços de reflexão crítica para essas/es jovens, já que tais dispositivos podem interromper a lógica normativa socialmente inscrita e, de alguma maneira, abrir brechas para a invenção de novas vias de ser e existir no mundo que não as estigmatizem.

Ainda dentro dessa discussão acerca da viabilidade precária de trabalho para esses jovens, é importante destacar o enfraquecimento desses indivíduos em relação ao exercício pleno da cidadania; além de ocuparem o mercado dito “marginal”, muitas vezes, desligam-se da última instituição capaz de proporcionar-lhes suporte social: a escola. Dessa maneira, acabam à mercê de estratégias frágeis de sobrevivência.

Contrapondo-se a esse apagamento da cidadania dos indivíduos, temos também a inserção de alguns participantes no mercado formal. Assim, destacamos a presença de integrantes do grupo prestando serviços em *call centers*. Nessa possibilidade de inserção profissional, é interessante perceber o quanto algumas premissas do estereótipo gay estão incutidas nesse fazer e explicitadas no recrutamento de profissionais para esse setor: a dita sensibilidade, capaz, então, de cativar os possíveis clientes. Ainda nesse contexto, destacamos que o sujeito trabalha, mas não é visto por seu cliente, fato que corrobora com a necessidade social de tornar a transgressão à norma heterossexual invisível. Portanto, esses jovens conseguem trabalho, justamente, em locais onde desenvolvem sua função sem serem vistos; conseqüentemente, passam por uma normalização proporcionada pelo próprio mercado.

Além dessa possibilidade, sublinhamos uma tentativa de inserção no mercado formal de uma participante do grupo que se identificava como lésbica. Esta, durante um curso técnico em mecânica (acessado através de um dos programas governamentais apresentados durante um dos encontros do grupo de diversidade sexual), foi rechaçada por seu professor ao longo do curso. Na lógica do educador, a moça não poderia vir a ser uma boa profissional, pois não possuía as aptidões físicas necessárias para o trabalho, por ser mulher e, portanto, fraca. Com isso, a estudante acabou evadindo do curso. Fato não ligado diretamente a essa suposta incapacidade, já que, segundo ela, esse

hipotético percalço poderia ser manejado de maneira simples, utilizando estratégias outras ou ainda tecnologias acessíveis, mas a evasão ocorreu justamente pelo preconceito diário sofrido, incitado pela figura do educador. Portanto, diante desses fatos, notamos a dificuldade de inserção no mercado de trabalho conectada a preconceitos e lógicas heteronormativas e sexistas que imperam nesses contextos de labor e aprendizado profissionalizante. Assim, à medida que o sujeito deseja buscar algo além dos restritos e estigmatizados papéis profissionais oferecidos pelo mercado, logo encontra dificuldades atreladas diretamente ao heterossexismo e sexismo.

Apontamentos finais

Tendo em vista o exercício exploratório desenvolvido ao longo de um ano em um grupo jovem cuja temática extrapolara a questão da diversidade sexual, percebemos que o enlace entre a problemática do trabalho e a ruptura provocada pelo *locus* de desvio interior à norma heterossexual aponta para esses sujeitos (participantes do grupo) um posicionamento diferente no mundo do trabalho.

O primeiro posicionamento estaria conectado à precariedade da inserção dessas/es jovens no mercado formal de trabalho, o que aponta a fragilidade dos suportes sociais, restando como alternativa de trabalho para eles/elas o mercado informal, com atividades como entrega de panfletos, bicos e prostituição. Assim, é importante ressaltar o lugar abjeto que performances não heteronormativas ocupam no mercado, já que, como o estudo mostra, os participantes do grupo experienciam em certa medida o lugar de desfiliação social, justamente, devido às suas performances de gênero, sexualidade, origem social e cor da pele.

O segundo posicionamento é marcado pelo acesso desses jovens ao mercado formal, o qual se constitui de algumas restrições impulsionadas fundamentalmente pela regra heterossexista presente nos contextos de trabalho. Assim, percebemos que as possibilidades de ampliação dos direitos de cidadania, representados por maiores chances de ingresso em postos mais qualificados do mercado de trabalho, podem também materializar-se na presença de alguns jovens em programas governamentais que visam à inserção de jovens ao mercado formal, isso à medida que tais programas não reproduzam a lógica heteronormativa, que acaba por expulsar esses jovens da possível trajetória profissional.

Dessa maneira, sublinhamos a influência/suporte do grupo para a potencialização de outras vias para os participantes, visto que, com a divulgação de tais programas em algumas discussões do próprio grupo, outras possibilidades de formação e inserção profissionais puderam ser construídas. Além disso, acreditamos que o lugar privilegiado do grupo pode ser visto como um importante espaço de encontro extremamente potente para a construção de um lugar social distinto para esses jovens, já que, através do encontro entre pares, surge a possibilidade de reflexão ética, bem como de ação frente à vulnerabilidade social.

Referências

- BENEDETTI, M. *A batalha do corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição*. Disponível em: <<http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11>>. Acesso em: 12 maio. 2008.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CASEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de La Sexualité I: la volonté de savoir*. Paris: Gallimard, 1976.
- _____. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: as pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HEGEL, Georg. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- NARDI, Henrique Caetano. A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência. Resenha crítica do livro de Robert Castel e Claudine Haroche *Propriété Privée, Propriété Sociale, Propriété de Soi*, Paris: Fayard, 2001. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 141-146, 2002.
- PELUCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 217-248, 2005.
- POCAHY, Fernando Altair; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 45-66, 2007.
- ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: ciência e profissão*. v. 23, n.4, p. 64-73. dez. 2003.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2): 5-22, p. 05-19 jul./dez., 1990.

